

## EDUCAÇÃO NO CAMPO E A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA NO CONTEXTO DE PANDEMIA

### EDUCATION IN THE FIELD AND HISTORICAL-CRITICAL PEDAGOGY IN THE PANDEMIC CONTEXT

### EDUCACIÓN EN EL CAMPO Y PEDAGOGÍA HISTÓRICO-CRÍTICA EN EL CONTEXTO DE PANDEMIA

Ana Carla Reis Chaves<sup>1</sup>  
Cleuma Pereira Oliveira Leite<sup>2</sup>  
Priscila Teixeira da Silva<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem o objetivo de trazer reflexões dos desafios de se implementar a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como pensamento pedagógico orientador da proposta curricular do município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, em especial nas escolas do campo, em meio ao contexto de ensino durante a pandemia da COVID-19. Traz alguns apontamentos da PHC, a sua origem e seus princípios e aborda a educação no campo como direito, ainda mais diante de um contexto de pandemia. A metodologia utilizada foi à pesquisa documental e como método, uma aproximação ao materialismo histórico dialético. Percebemos que o município tem filtrado as orientações sugeridas a nível estadual e federal e vem construindo as suas próprias estratégias que dialoguem com a realidade do seu alunado. Contudo revela-se desafiador a implementação da PHC num cenário de desigualdades sociais, em especial no campo, e diante de desafio do ensino não-presencial.

**Palavras-chave:** Pedagogia Histórico-Crítica. Educação no Campo. Pandemia da Covid-19.

**ABSTRACT:** This article aims to bring reflections on the challenges of implementing Historical-Critical Pedagogy (PHC) as a pedagogical thought that guides the curricular proposal of the municipality of Bom Jesus da Lapa, Bahia, especially in rural schools, in the midst of to the teaching context during the COVID-19 pandemic. It brings some notes

---

<sup>1</sup> Graduanda de pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XVII - Bom Jesus da Lapa. E-mail: anacarlareis@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda de pedagogia, na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XVII - Bom Jesus da Lapa. Bacharela em serviço social da Universidade de Santo Amaro – Unisa – SP. E-mail: cleumaace@gmail.com

<sup>3</sup> Pedagoga, Mestra em Educação do Campo. Doutora em Educação e Contemporaneidade - Docente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XVII - Bom Jesus da Lapa. E-mail:

from the PHC, its origin and its principles and addresses education in the field as a right, even more so in the face of a pandemic context. The methodology used was documental research and as a method, an approach to dialectical historical materialism. We realize that the municipality has filtered the guidelines suggested at the state and federal level and has been building its own strategies that dialogue with the reality of its students. However, the implementation of PHC is challenging in a scenario of social inequalities, especially in the countryside, and given the challenge of non-presential teaching.

**Keywords:** Historical-Critical Pedagogy. Education in the Field. Covid-19 pandemic.

**RESUMEN:** Este artículo tiene como objetivo traer reflexiones sobre los desafíos de implementar la Pedagogía Histórico-Crítica (PHC) como pensamiento pedagógico que orienta la propuesta curricular del municipio de Bom Jesus da Lapa, Bahía, especialmente en las escuelas rurales, en medio de a El contexto docente durante la pandemia del COVID-19. Trae algunos apuntes desde la APS, su origen y sus principios y aborda la educación en el campo como un derecho, más aún ante un contexto de pandemia. La metodología utilizada fue la investigación documental y como método, una aproximación al materialismo histórico dialéctico. Nos damos cuenta que el municipio ha filtrado los lineamientos sugeridos a nivel estatal y federal y ha ido construyendo sus propias estrategias que dialogan con la realidad de sus estudiantes. Sin embargo, la implementación de la APS es desafiante en un escenario de desigualdades sociales, especialmente en el campo, y ante el desafío de la enseñanza no presencial.

**Palabras clave:** Pedagogía Histórico-Crítica. Educación en el Campo. Pandemia de COVID-19.

## 1 INTRODUÇÃO

Diante da crise sanitária, causada pelo novo coronavírus, sendo declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, como estado de calamidade pública, caracterizando assim situação de pandemia pela COVID-19<sup>4</sup>, a qual

---

<sup>4</sup> Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma

atingiu a sociedade como um todo, nosso modo de viver foi drasticamente alterado para conter a disseminação da doença, a exemplo à suspensão das aulas presenciais nas escolas. Após um período de suspensão temporária das aulas, os sistemas de ensino foram retomando as atividades de forma não presencial, cada qual com um plano de ação de acordo com as possibilidades de cada contexto.

Assim, foi o caso do município de Bom Jesus da Lapa localizado no interior da Bahia, que conta com uma rede de 56 escolas públicas, sendo que 30 localizadas na área rural do município, que atendem 15.760 alunos. O município teve que reorganizar o funcionamento das escolas de modo a atender as exigências de isolamento social, mas com o diferencial de ter que o fazer em conformidade aos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica, pensamento pedagógico adotado pelo município.

Sendo assim, resolvemos trazer neste artigo algumas reflexões sobre os desafios de se implementar a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) como pensamento pedagógico orientador da proposta curricular do município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, em especial nas escolas do campo, em meio ao contexto de ensino durante a pandemia da COVID-19.

Para isso, realizamos uma pesquisa documental, definida por Gil (2002) como forma de pesquisa que parte da análise de matérias que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico ou podem ser reanalisados conforme objetivos da pesquisa, no caso documentos que tratam da implementação da PHC e do ensino durante a pandemia no

---

nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. (...) Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoV) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19. (...) Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Observação: como se trata de uma pandemia em curso as informações apresentadas podem mudar com frequência. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso dia 13 de fevereiro de 2022.

município pesquisado. O presente trabalho aproxima-se do materialismo histórico dialético como método, compreendendo que por meio do mesmo, o pesquisador poderá apreender o objeto investigado, seus determinantes, a realidade em movimento em que está inserido bem como a totalidade em que está imerso. Neto (2011), nos ajuda a entender que não há um conjunto de regras a serem seguidas no processo investigativo amparado no materialismo histórico dialético, e nem tampouco, o investigador escolherá uma receita pronta para o desvelamento do seu objeto. Todavia é na relação sujeito-objeto é que se extrai suas determinações, ou seja, ainda nas palavras de Neto (2011, p. 53), “[...] quanto mais avança na pesquisa, mas descobre determinações”.

Apresentamos brevemente a PHC, origem, princípios, e sua implementação no município pesquisado; abordamos a educação do/no campo, logo analisamos a oferta de educação escolar durante a pandemia e os desafios dos estudantes camponeses; em seguida apresentamos algumas reflexões sobre os desafios à articulação da proposta pedagógica em meio à pandemia.

## **2 PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO A PROPOSTA CURRICULAR EM BOM JESUS DA LAPA**

A Educação condição necessária para a formação humana, está assegurada no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 como sendo direito de todos e dever do Estado e da família, devendo abarcar o pleno desenvolvimento da pessoa, desta forma compreendendo assim, a formação do indivíduo na sua integralidade. Partindo desse princípio, os sujeitos devem ser contemplados em sua totalidade, como agentes sociais, políticos, críticos, transformadores de suas realidades. É por meio do trabalho e pela formação humana (educação) que diferenciamos dos demais seres vivos. Intervimos na natureza transformando-a de modo intencional a fim de superar nossas necessidades básicas ao passo que superadas simultaneamente surgem outras mais complexas, assim sendo, o desenvolvimento histórico da humanidade. A educação está imersa nesse

processo como afirma Saviani (2011, p.11) “[...] ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”.

Para tanto o desenvolvimento histórico do homem, ou seja, o acúmulo histórico social da cultura é perpassado a gerações seguintes, havendo a transmissão dos conhecimentos elaborados sejam eles materiais ou imateriais. É nesse sentido de imaterialidade que se assenta a natureza do trabalho educacional (SAVIANI, 2011). Porém, a apropriação privada dos meios de produção na sociedade capitalista se amplia também aos conhecimentos elaborados pela humanidade, retendo para uma minoria e dificultando o acesso desses aos menos favorecidos.

Haja visto, que no sistema capitalista a educação é uma ferramenta de poder, de disputa e por isso também de luta. As concepções pedagógicas segundo Silva (2005) não são neutras, desinteressadas, mas carregam em si relações de poder, que dependendo da época e do contexto histórico há a ascensão de uma sobre a outra, seja para a manutenção do *status quo* ou para um maior comprometimento com a transformação social.

Conforme Saviani (1997), a educação brasileira foi incorporada correntes pedagógicas hegemônicas, ora acreditando na autonomia e no poder da escola sobre a sociedade, sendo essa capaz de solucionar todos os problemas, o primeiro grupo são denominadas por pedagogias não críticas, a saber; Pedagogia Tradicional, Escola Nova e Pedagogia Tecnícista. Um outro grupo caracterizado como teorias críticas reprodutivistas; teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica, teoria da escola enquanto aparelho ideológico de Estado e teoria da escola dualista. Essas não chegam a ser conceituadas pelo termo pedagogia, pois não apresentam uma prática pedagógica, somente a teoria, essas acreditam apenas na reprodução do ensino.

Nesta esteira de raciocínio, a fim de transformar as estruturas existentes da sociedade capitalista, onde a classe trabalhadora para sobreviver precisa vender a sua força de trabalho, tornando essa uma mercadoria, e ainda é negado o acesso aos conhecimentos elaborados, Saviani (1997), aponta caminhos para a construção de uma

pedagogia contra hegemônica, que possa captar no chão da escola as contradições, bem como resgatar a sua especificidade, tornando acessível as camadas populares o saber sistematizado.

A Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) vem responder as negações do ensino hegemônico, o seu objetivo principal é o acesso e a sistematização dos conhecimentos elaborados a classe trabalhadora, para a emancipação dos sujeitos, para que esses libertem da opressão, e possa sobressair a essa situação. A fundamentação teórica da mesma centra-se no materialismo histórico dialético, para Saviani (2011, p.120) “[...] a concepção que procura compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo”. Parte da premissa do homem como ser produtor de história e da sua existência por meio da materialidade produzida por ele mesmo.

Nesta concepção pedagógica a educação não se dissocia da sociedade, mas está intrínseca na mesma, para tanto a prática pedagógica é permeada por momentos onde professor e aluno estão inseridos nesse processo.

Serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos. (SAVIANI, 2012, p. 69-70).

Partindo desse pressuposto, professor e aluno são agentes ativos e ambos tem como ponto de partida a prática social, porém, em níveis de compreensão diferentes. Nesta premissa, o aluno tem uma visão sincrética, ou seja, uma visão caótica do todo. Os mesmos passam pelos momentos da problematização, instrumentalização e em seguida

pela catarse, para então chegar a prática social, não mais como no ponto de partida, mas como ponto de chegada, aluno e professor atingem a síntese, ou seja, a compreensão de totalidade.

O marco histórico onde a PHC torna instrumento de luta coletiva, principalmente entre educadores descontentes com o reprodutivismo latente, foi por volta do ano de 1979, “Começava-se a tentar descobrir formas de analisar a educação, mantendo presente a necessidade de criar alternativas e não apenas fazer a crítica do existente” (SAVIANI, 2011, p.62).

Para tanto, a PHC ganha destaque em obras a exemplo como; Escola e Democracia (1983), Primeiras aproximações (1991) entre outras, do então autor Dermeval Saviani, sendo discutida em âmbito acadêmico. A corrente pedagógica toma outras proporções quando se expande a grupos de estudos e vários pesquisadores de modo coletivo se apoiam nessa perspectiva de pensamento, construindo uma vasta produção de escrita, ampliando para outros espaços sociais.

Diante do cenário onde a educação corre ao risco de ser uma mercadoria e em meio a documentos oficiais que estabelecem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), o município de Bom Jesus da Lapa com o intuito de construir uma identidade própria, pautada num ensino público e de qualidade, para que a população tenha acesso e possa apropriar dos conhecimentos sistematizados, é que se elabora o Referencial Curricular.

Suas discussões iniciais ocorreram logo no início do ano 2017 por meio da jornada pedagógica com a premissa de um currículo que apresente um viés crítico numa perspectiva contra hegemônica, contemplando a classe trabalhadora, público esse marginalizado por outras correntes pedagógicas hegemônicas. São contemplados nesse documento as etapas da Educação Infantil, o Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A educação do/no campo é contemplada no

referencial curricular quando faz jus as suas especificidades, sendo voltada para a população campesina.

O mesmo foi construído de modo coletivo, a equipe pedagógica, juntamente com pais e estudantes por meio de escuta curricular. E por meio de vários encontros realizados entre todo o corpo pedagógico, as leituras, discursões, reflexões, considerando as características local e populacional e amparados no desejo de transformação social é que se constrói o documento Referencial Curricular de Bom Jesus da Lapa (RCBJL) e como pensamento filosófico norteador a Pedagogia Histórico-Crítica.

As Diretrizes Curriculares do município de Bom Jesus da Lapa, situada no bojo das teorias críticas, fez a escolha teórica pela Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) na jornada pedagógica do ano de 2017. A PHC espousa e difunde a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino dirigido às camadas populares (SAVIANI, 2012). Esta teoria reconhece a escola como instituição inserida no sistema produtivo regido pelo imperativo de reprodução ampliada do capital, atravessada por suas contradições e compreende que a tarefa fundamental da educação escolar que se articula aos interesses dos explorados é a transmissão-assimilação do conhecimento metódico e teórico a respeito da historicamente acumulada, forjadas nos conhecimentos científicos validados pela humanidade. (RCBJL 2020, p. 42).

Como pensamento norteador, a jornada pedagógica do ano 2021, a sua introdução faz menção ao Referencial Curricular explicitando a importância do embasamento teórico e filosófico da PHC no currículo e para a formação docente. Pois a sua adoção exige do corpo docente, percepção crítica da realidade, sendo capaz de contextualizar as diversas áreas do conhecimento, entendendo as relações produzidas de modo histórico pelo homem. Nesta mesma linha de raciocínio Saviani (2011) enfatiza a necessidade do educador em compreender os determinantes sociais na área educacional, bem como as contradições da sociedade capitalista, exigindo do mesmo posicionamento crítico. Isso

coaduna com a perspectiva de transformação social preconizada tanto pela PHC como pela educação do/no campo alinhada a uma perspectiva contra hegemônica.

### **3 A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA LAPA E OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES CAMPESINOS**

Grandes são os desafios para os municípios organizarem o ensino durante o período de pandemia, tendo em vista que as aulas presenciais estão suspensas como meio de prevenção de disseminação da COVID-19, os mesmos tiveram que se reinventar e buscar alternativas para diminuir os impactos causados nesta crise sanitária. Partindo dessa premissa, apresentaremos como Bom Jesus da Lapa vem organizando<sup>5</sup> a Educação Escolar durante a pandemia, e nesse contexto os desafios da vida estudantil dos camponeses.

Diante da crise que se instalou e da inviabilidade das instituições escolares receberem os seus alunos, como cuidado a saúde dos mesmos e da coletividade, Bom Jesus da Lapa, mais especificamente, o corpo coletivo da Secretaria de Educação (SEMED) em 2020 elaboram “Proposta para enfrentamento emergencial da pandemia COVID-19 – Ações Pedagógicas, operacionais e técnicas” (BJL, 2020a), o documento traz orientações para o desenvolvimento de atividades pedagógicas, dentre elas atividades domiciliares aos estudantes. Como opção neste desafio a ser superado, é que se encontra o estudo dirigido, como processo metodológico a ser adotado no município.

Para a materialização dessa atividade, requer um planejamento específico que não distancie da realidade de seu alunado. Amparados em normatizações que flexibilizam o calendário escolar, discursões legais sobre o ensino remoto, e nas leituras e reflexões da própria equipe pedagógica, pensando na realidade das escolas da sede e do campo, e em

---

<sup>5</sup> Desde o início da suspensão das aulas presenciais no dia 17 de março de 2020, até a data da presente pesquisa, a qual foi realizada em junho de 2021.

atingir a totalidade, ou seja, que todos os estudantes da rede sejam contemplados, há a decisão da equipe em aguardar orientações posteriores.

O mesmo documento traz as definições de cada membro na rede educacional, imbuídos neste planejamento de estudo dirigido, especificando as atribuições de cada um, constituindo um entrelaçamento de práticas sincronizadas. Como planejamento, os estudos dirigidos foram entregues numa data agendada para os pais ou responsáveis e logo, outra data é previamente marcada para a devolução. Para a ampla divulgação das atividades domiciliares no momento de pandemia para que as informações cheguem às famílias, a SEMED faz uso dos meios de comunicação, dos recursos tecnológicos como programas de rádio, telefones, cards etc.

Com o intuito de garantir o acesso e assegurar o ensino a todos os estudantes, é que o município não adere ao ensino remoto de modo virtual com o uso de novas tecnologias. As desigualdades sociais é uma realidade presente no Brasil, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2020, p.8), “[...] chega-se aproximadamente a 5,9 milhões (de um total de 39,5 milhões) de crianças e adolescentes na fase de escolarização obrigatória que frequentavam escolas em 2018 sem que dispusessem de acesso domiciliar à internet”. Segundo os dados do IPEA a maior parte desses estudantes, 80% são da rede pública. A realidade de Bom Jesus da Lapa não é diferente, grande parte dos estudantes não possuem internet em casa, ou equipamentos adequados destinados aos estudos. Vale ressaltar que trinta escolas do município são no campo e com essas as suas especificidades devem ser atendidas.

A educação como já supracitada no presente estudo é um direito de todos, sendo garantida na Constituição Federal de 1988. Todavia, os sistemas de ensino, no modo de produção capitalista e sob o viés neoliberal, padecem com teorias pedagógicas hegemônicas que esvaziam os conteúdos escolares, e com currículos que são voltados para atender a lógica do capital, de modo que grande parte da população não tem acesso ao ensino que contemple a formação humana. Nesse cenário o povo campesino se insere.

O contexto histórico da educação da população campestre, desvela o descaso por parte daqueles que ocupam os gabinetes dos grandes centros urbanos, que formulam políticas que não dão conta com a realidade do campesinato. De acordo com Caldart (2002, p.18), “[...] na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os sujeitos do campo”.

O Brasil tem suas origens agrárias, suas raízes foram fixadas no trabalho escravo e mais tarde na mão de obra barata. Paralelo a essa conjuntura os que vivem no e do campo não são contemplados com o ensino escolar que conceda a formação humana, pois sob a ótica do capital, quem se ocupa do trabalho braçal não necessita de tantas habilidades intelectuais. De modo, que a educação destinada para o meio rural é uma extensão dos centros urbanos, porém ainda mais precarizada pela falta de recursos. O intuito desse ensino é a preparação do homem para estar a serviço do capital, sendo uma educação ruralista, voltada para beneficiar o grande agronegócio.

Esse contexto histórico da educação da população campestre conhecida como “educação rural” foi marcado por negação de direitos. Na visão capitalista o campo sempre foi visto como lugar de exploração e de atraso. Haja visto, a concepção de educação do/no campo hoje, é o resultado de disputas travadas pelos Movimentos Sociais e demais entidades que lutam em prol do ensino público e de qualidade, que seja voltado para a emancipação dos trabalhadores, considerando os mesmos como sujeitos de direitos. As escolas campestres devem ter suas raízes próprias e o seu principal objetivo é atender o coletivo que trabalha na terra e vive do seu sustento.

A educação pensada a partir da lógica do capital nega o acesso aos conhecimentos sistematizados a grande parcela da população, de modo que essa negação se intensifica ao povo campestre. Inquestionavelmente, outrora os desafios da população do campo foram gigantescos, porém, no período pandêmico da Covid-19 descortinou outros: entre eles, está a limitação do acesso aos recursos tecnológicos, a saber, a energia elétrica, a

internet, computadores, celulares, etc. Sendo desafiador para os estudantes camponeses estudar nessa conjuntura. Assim sendo, a ausência de efetivação políticas públicas para com a população do campo se concretiza na falta de aparatos tecnológicos e outros bens/serviços essenciais para um ensino remoto durante a pandemia. Moreira e Soares (2021) destacam como a adoção do ensino remoto tem excluído muitos alunos(as) do campo pela ausência de direitos básicos dos estudantes do campo, dentre eles o acesso à internet.

Ao discutir os desafios do ensino remoto na educação do campo na Bahia, Silva, Santos e Lima (2020) destacam a opção da maioria dos municípios pesquisados pela proposta de ensino remoto, e as fragilidades deste projeto na Educação Básica, principalmente no que tange ao atendimento da educação no espaço rural.

Bom Jesus da Lapa, por ter essa desigualdade de acesso à internet e meios tecnológicos por grande parte da população, inclusive das populações do campo, de comunidades quilombolas, ribeirinhas, moradores das ilhas, optou pelo estudo dirigido como alternativa de continuidade das atividades escolares de forma não-presencial em meio aos caos que se instalou internacionalmente por conta da pandemia, na tentativa de não contribuir ao aumento das desigualdades, tendo em vista que seria a forma que abrangeria a maior parte dos estudantes.

Para planejar e garantir à Educação, o município nomeou membros para compor o Comitê Gestor Local para o diálogo intersetorial, para tanto criou-se o Decreto nº 209 de 07 de outubro de 2020 (BJL, 2020b). No qual são nomeados dezoito membros, sendo nove titulares, os mesmos representando diversos setores do município, a exemplo da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Conselho Municipal de Educação, etc.

Partindo do pensamento de retorno as aulas, referindo ao decreto estabelece a necessidade de planejamentos e ajustes, a saber: a reorganização do calendário escolar; prioridades de retorno por nível de ensino e por modalidades, sendo a educação infantil e

os anos iniciais os primeiros, levando em consideração a necessidade dos seus pais retornarem ao trabalho, trata também da questão de conclusão e mudança de nível dos estudantes, para tanto é preciso a discussão com a sociedade.

O Decreto propõe ainda, uma intersetorialização entre as secretarias de saúde e de assistência social no atendimento psicológico a crianças, jovens e suas famílias, os profissionais e trabalhadores da educação. Dentre outras estratégias de prevenção ao coronavírus, o estabelecimento de protocolos voltados para a alimentação dos estudantes, referente à limpeza e o manuseio dos alimentos, se faz presente. Pode-se perceber a articulação de vários setores empenhados numa causa específica que é a garantia da educação, os mesmos imbuídos no planejamento do retorno as aulas presenciais.

Um outro documento que o município elabora aos 25 dias do mês de novembro de 2020, é o Decreto de nº 222 (BJL, 2020c), sobre a validação do ano letivo com aprovação automática dos estudantes, cuja materialização do mesmo, considera-se outras legislações de esfera municipal, estadual e federal, como por exemplo, a Lei nº 14.040/2020 (BRASIL, 2020) que estabelece normas educacionais excepcionais durante o período de pandemia.

No referido Decreto anteriormente supracitado explicita a materialização do ano letivo 2020 no município, o mesmo consiste em dois períodos: presencial que durou apenas um mês, (17/02/20 a 17/03/20) e o remoto que perdurou sete meses e sete dias (13/04/20 a 20/11/20), a luz do presente decreto totalizou-se 170 dias de trabalho escolar, resultando em 831 horas trabalhadas. Os estudantes da rede municipal, excepcionalmente no ano de 2020 não foram retidos, ou seja, as atividades seja de forma assíncrona ou síncrona não será passível de reprovação. O documento no inciso 1º, do artigo 3º, enfatiza para o ano seguinte 2021, a garantia da recuperação da aprendizagem, fazendo referência ao “[...] desenvolvimento das competências, habilidades e das expectativas da aprendizagem definidas no âmbito das prescrições pedagógicas oficiais no Brasil e no Referencial Curricular de Bom Jesus da Lapa”. (BJL, 2020c).

Como os estudantes serão aprovados de forma automática, aqueles que necessitem de transferências, declarações e seus respectivos históricos escolares, nesses documentos, no campo em que iria constar a nota, haverá a numeração do decreto legalizando o ato de aprovação, assim também será explicitado nas observações.

Segundo os documentos, o município adota atividades domiciliares, pensando na sua realidade e tentando atingir a totalidade de alunos(as), assegurando o acesso a todos, inclusive os estudantes campesinos, tendo em vista as desigualdades sociais, a ausência de equipamentos tecnológicos e internet. Nesse sentido, a adoção da estratégia dos estudos dirigidos, caracterizou-se como ensino.

O município põe em vigor o Decreto nº 046 de 29 de janeiro de 2021 (BJL, 2021), o referido documento nomeia uma nova comissão interssetorial, para o diálogo, planejamento e tomada de decisão da Educação, durante o período de pandemia. O mesmo segue parcialmente na mesma perspectiva do Decreto nº 209.

Em março de 2021 as unidades de ensino da rede pública do município de Bom Jesus da Lapa/BA, iniciaram o ano letivo corrente, consoante a mesma perspectiva da proposta estratégica desenvolvida no ano de 2020 pela Secretaria de Educação (SEMED), a qual no ano 2021 reformulou-a em uma (Re)Organização para o enfrentamento da pandemia da Covid-19. O referido documento, explicita que conforme o mesmo ser apresentado aos diretores e coordenadores da rede de ensino, que por meio desse possa construir o projeto pedagógico de cada instituição escolar.

Partindo dessa premissa, o mesmo apresenta o planejamento a nível macro de como os atores da educação deverão desenvolver suas atividades neste momento atípico e que ambas ações e estratégias sejam pensadas e desenvolvidas em construção coletiva e democrática, com base no bem comum, isto é, que alcance as necessidades do alunado da rede e que nenhum aluno fique inviabilizado.

Seguindo a mesma linha metodológica de proposta de 2020 a proposta (re) organizada do ano de 2021 optou por continuar com o estudo dirigido. Cabe destacar que

a proposta supracitada, dá autonomia para que os professores possam desenvolver os estudos dirigidos de suas respectivas turmas, os quais após sua construção irão passar por análise da equipe gestora e após isso, poderão ser disponibilizadas para o alunado.

Quanto aos processos de avaliação das atividades impressas pedagógicas, as quais estão sendo entregues aos alunos, estes as responderão de forma assíncrona no tempo apropriado para cada um deles. Dito isso, essa avaliação acontecerá ao término do primeiro trimestre de 2021, para isso, serão utilizadas ferramentas distintas, as quais deverão respeitar as condições e especificidades de cada unidade escolar e de seus respectivos alunados. Com a finalidade de auferir o desempenho e o cumprimento dos objetivos pedagógicos propostos para o ano letivo, e rever o que pode continuar e o que deve ser modificado/aperfeiçoado, para atender a demanda do atual cenário. Em relação ao cômputo da carga horária, esta teve preliminarmente uma carga horária de 4h diárias, a qual será auferida a cada mês mediante o desenvolvimento das referidas atividades assíncronas. Entretanto, diante do exposto, percebe-se que o ano letivo 2021 em consonância com a conjuntura do ano anterior estar a caminhar rumo a aprovação compulsória dos estudantes.

Com base nas discussões tecidas até aqui, faz-se necessário tecermos algumas reflexões a respeito dos desafios de se implementar a PHC em meio a pandemia da Covid-19, na rede de ensino no município de Bom Jesus da Lapa.

#### **4 REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA DURANTE A PANDEMIA**

Diante das discursões tecidas, consideramos o ano letivo 2020 e meados do então corrente ano 2021, assim sendo atípicos, os quais demandaram planejamentos, estratégias, posicionamentos e tomadas de decisões dos representantes do povo. Exemplo dessas ações foi à adequação do calendário escolar, novas estratégias em substituição das aulas presenciais, etc. Percebemos que o município de Bom Jesus da Lapa em parceria

com sua respectiva secretaria de educação (SEMED) e com os demais órgãos gestores envolvidos o âmbito educacional do referido município, juntos eles têm filtrado as orientações sugeridas pelos pareceres a nível nacional e estadual, e mediante este processo passaram a construir suas próprias estratégias para desenvolver os anos letivos e enfrentamento da crise sanitária, tais ações e propostas pedagógicas buscam dialogar com a realidade de seu alunado.

A título de exemplo, quando o município adota atividades domiciliares, mais especificamente, o estudo dirigido, em consideração com a realidade da sua rede e com o compromisso de atingir a totalidade de seu alunado, tendo em vista que o ensino remoto com uso de equipamentos de comunicação virtuais não seria viável, pois não contemplaria a todos, deixando a margem grande parte de seus estudantes, os filhos da classe trabalhadora.

No tocante, é preciso ressaltar a importância da mediação professor-aluno, para que o estudante tenha uma direção, o que estudar, e como estudar, nesse sentido:

[...] um indivíduo imerso na realidade imediata, sem apoio de conceitos que sintetizam a experiência histórica do ser humano, corre o risco de se afogar numa imensidão de informações caóticas ou, no melhor dos casos, realizar avanços lentos e insignificantes à custa de muito se debater, como aquele que não foi ensinado a nadar e é atirado na água. (ABRANTES; MARTINS 2007, *apud* SAVIANI; GALVÃO, 2021 p. 43).

É na interação entre professor e aluno que resulta melhores condições de ensino-aprendizagem, as atividades domiciliares estão sendo o meio utilizado durante o período de pandemia para que o estudante não perca o vínculo com a escola e nem deixe de aprender, porém, não sabemos em quais condições os mesmos estão realizando essas atividades, partindo de suas reais condições.

Uma outra questão a ser ressaltada é como está sendo a prática educativa nas escolas camponesas, levando em consideração a sua identidade. Como afirma no art. 2º, § único das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo “[...] a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, [...]” (BRASIL, 2002) de forma que a prática é dificultada na inviabilidade do ensino presencial e na ausência de socialização dos autores envolvidos nesse processo. Pimenta e Coité (2021) ao discutir a “[...] política curricular e educação do campo: discussões e práticas de gestão educacional em tempos de pandemia” na Bahia ressaltam que os gestores educacionais dos municípios pesquisados a realidade diferenciada vivenciada por escolas públicas do campo e a necessidade de superação das desigualdades existentes.

Vale ressaltar, a prática pedagógica para a PHC, é permeada pelos momentos a saber: prática social como ponto de partida, problematização, instrumentalização, catarse e a prática social como ponto de chegada (Saviani, 2012). Professor e aluno participam desse processo. O estudante sai de sua visão sincrética, confuso para chegar a síntese, ou seja, uma melhor compreensão do que foi estudado. Partindo desses pressupostos, será que os momentos supracitados estão sendo efetivados dentro das condições do estudo dirigido? O estudante terá condições por meio dessas atividades sair de sua visão sincrética e chegar a síntese, sem a mediação do professor em tempo real? Enfim, são reflexões a serem pensadas referentes a implementação da PHC, no momento em que as instituições escolares estão impossibilitadas do seu funcionamento com as aulas presenciais.

Contabilizando um mês de aula presencial no período anterior da declaração da pandemia e mais sete meses e sete dias de atividades domiciliares, o município aprova seus estudantes, validando o ano letivo 2020, “[...] aquilo que eu chamo o aligeiramento do ensino destinado às camadas populares. Dessa maneira, o ensino das camadas populares pode ser aligeirado até o nada, até se desfazer em mera formalidade” (SAVIANI, 1997, p.54). Por mais que o município garanta no decreto 222, a recuperação

de aprendizagem no ano seguinte, será praticamente impossível que o estudante consiga se recuperar, levando em consideração que o mesmo, quando retornar os estudos presencialmente estará em outra série/ano. Para tanto, se houve aprovação, validação do ano, então logo, as atividades domiciliares (estudos dirigidos) caracterizaram para o município como ensino.

Quanto a PHC, mais especificamente os desafios de sua implementação no âmbito municipal, concretizam em virtude da inviabilidade do não acesso as aulas presenciais, impossibilitando a socialização e mediação dos conteúdos, a interação e reflexão nos mesmos espaços e em tempo real entre estudante e professor, ambos impossibilitados de construir coletivamente uma prática que almeja transformações sociais. Contudo não queremos dizer assim que tal aproximação não seja possível, apenas ressaltamos os desafios de manter os princípios da PHC em um modelo de ensino que tende a distanciar professor-aluno, e sobrecarrega o professor(a), que sem um devido apoio pedagógico, tende a não contemplar a PHC no desenvolvimento das atividades.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em primeiro lugar gostaríamos de destacar que, nenhum setor estava preparado para viver esta crise sanitária e financeira. E que neste momento não podemos mensurar como será o futuro já que tudo é incerto. Não sabemos como será o redesenho da educação no país.

A adoção seja a nível nacional ou estadual, ao ensino remoto com uso das ferramentas digitais destinada a educação pública sem quaisquer suportes, tanto nos aspectos de capacitação dos profissionais e dos estudantes, quanto relacionado às condições materiais de aparelhos de qualidade e o acesso à internet, consideramos

contraditório, levando em consideração a realidade da população brasileira, onde nem todos conseguem acesso a esses meios.

É notório que este formato atípico de ensino tem reforçado a desigualdade em nosso país, e com isso, iniciando o retrocesso educacional, visto que, nossos direitos estão sendo relativizados e em alguns casos até negados como o direito a vida por exemplo. Carecemos de políticas públicas educacionais que se aproximem do inédito-viável, precisamos de mais investimentos.

É inegável que as atividades domiciliares (estudo dirigido) adotadas pelo município de Bom Jesus da Lapa, tem sido uma forma de manter a rotina escolar dos estudantes, mesmo em condições mínimas, principalmente para as famílias de baixa renda, onde os pais ou responsáveis trabalham, nesse contexto se insere também, a população do campo.

Contudo a adoção apenas dos estudos dirigidos como instrumento pedagógico torna ainda mais desafiador o processo ensino-aprendizagem, levando em consideração a necessidade da interação entre estudantes e professores num determinado espaço e no compartilhamento de experiências em tempo real para sua efetivação preconizados pela PHC. De modo que as dificuldades da prática educativa do/no campo se consolidam na ausência de possibilidades que contemplem a realidade do campesinato, como espaço produtor de cultura, de (re)criação, de pertença. Os marcos legais da educação do/no campo até hoje concebidos a educação do campo são conquistas históricas do povo campestre, fruto de muitas lutas travadas por movimentos sociais, pelos sujeitos do campo que sonham em uma educação que seja do e no campo, que contemple suas especificidades, dessa forma as lutas se concretizam no terreno das políticas públicas em busca de justiça social, por uma educação que possibilite transformações, mas antes de tudo pelo direito a educação.

Outro ponto a se considerar refere-se à validação o ano letivo com as aprovações compulsórias. Para Saviani (1997) aligeira-se o ensino das camadas populares, em nome de uma facilitação para os mesmos, porém, sabemos das consequências, desse

aligeiramento; uma massa de trabalhadores que concluem seus estudos sem ter efetivamente se apropriado dos conteúdos de forma crítica, sem a percepção que o mesmo é parte do/no processo de transformação social.

A PHC almeja transformação social por meio do acesso aos conhecimentos elaborados pela humanidade, e a escola cabe cumprir o seu papel que é sistematizar e socializar tais conhecimentos, principalmente aos menos favorecidos, para que sobressaem a situação de opressão e possam mudar suas realidades pela qual estão inseridos, para tanto, o ensino presencial encontra inviabilizado, assim sendo desafiador a implementação por meio de outras atividades que deem conta a emancipação dos sujeitos.

Considerando o longo percurso sem acesso ao ensino presencial, os prejuízos nos processos de ensino-aprendizagem são imensuráveis, e que a evasão escolar poderá ter um salto maior do que costuma ter, dado que, diante da crise financeira que estamos vivendo.

Por conseguinte, desejamos que o governo do nosso país aprenda com os erros e mude, invista mais em políticas públicas, principalmente no que tange ao acesso dos alunos do campo e área urbana aos conhecimentos elaborados. Em meio a conquista do direito a vacina, o retorno presencial das aulas anuncia-se como o novo desafio, por ainda estarmos em meio a pandemia, pela necessidade de que todas as medidas e protocolos de segurança sejam utilizados, pela avaliação dos prejuízos educacionais provocados pela conjuntura e a crise econômica que se delineia em nosso país. Contudo sabemos que a militância será grande por partes dos defensores educação pública, para construir uma formação humana que contemple uma formação sólida e crítica e o direito a educação de todos(as).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Rio de Janeiro, 1989.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

BOM JESUS DA LAPA, **Decreto n.º 046 de 29 de janeiro de 2021**. Dispõe sobre a instituição e nomeação dos membros da comissão intersetorial de gerenciamento, para diálogo, planejamento e tomada de decisões da educação. 2021

BOM JESUS DA LAPA, **Decreto n.º 222, de 25 de novembro de 2020**. Estabelece, de forma excepcional, normas complementares para validação do ano letivo escolar 2020 e aprovação automática dos estudantes da rede municipal de ensino, e dá outras providências. 2020

BOM JESUS DA LAPA, **Decreto n.º 209 de 07 de outubro de 2020**. Dispõe sobre a nomeação dos membros do Comitê Gestor Local para diálogo intersetorial, planejamento e decisões, a fim de garantir o direito à educação no município de Bom Jesus da Lapa – Bahia, e dá outras providências. 2020

BOM JESUS DA LAPA, Secretaria municipal de educação. **Entendendo o organizador curricular do referencial de BJJ**: Jornada Pedagógica. 2021

BOM JESUS LAPA/BA. Secretaria municipal de educação. **Proposta para enfrentamento da pandemia Covid-19**: Ações pedagógicas, operacionais e técnicas. 2020.

BOM JESUS DA LAPA/BA. Secretaria municipal de educação. **(Re)Organização da proposta para enfrentamento da pandemia Covid-19**. 2021.

BOM JESUS DA LAPA, Secretaria municipal de educação. **Referencial Curricular**. 2020

CARDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOREIRA, A. D.; SOARES, J. de S. Educação do campo e educação a distância em tempos de COVID-19: O contexto do estado da Bahia. *Ambiente: Gestão e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 57–69, 2021. DOI: 10.24979/ambiente.v14i1.834. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/834>. Acesso em: 24 fev. 2022.

NASCIMENTO, Paulo Meyer. *et. al.* **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: IPEA, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo; COITÉ, Simone Leal Souza. Política curricular e educação do campo: discussões e práticas de gestão educacional em tempos de pandemia. *Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 30, n. 61, p. 267-282, jan./mar. 2021

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. 11. ed. São Paulo: Autores Associados, 2011.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; ZIVIANI, Paula; GHEZZI, Daniela Ribas. **As tecnologias digitais e seus usos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

SILVA, Luciene Rocha; SANTOS, Arlete Ramos dos; LIMA, Davi Amancio. Os desafios do ensino remoto na educação do campo. *Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES) - UESB-Itapetinga*. ISSN: 2763-5716– ano 2020, vol. 1, n. 1, set. – dez. de 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.